

CONVÊNIO Nº E040/2023

CONVÊNIO DE DISPOSIÇÃO DE ESTAGIÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E O CENTRO UNIVERSITÁRIO GOVERNADOR OZANAM COELHO - UNIFAGOC.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio da **Procuradoria-Geral de Justiça**, com sede na Av. Álvares Cabral, 1.690, Bairro Santo Agostinho, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 20.971.057/0001-45, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, Doutor **Jarbas Soares Júnior**, doravante denominada **Procuradoria**, e o **Centro Universitário Governador Ozanam Coelho - UNIFAGOC**, com sede na Rua Adjalme da Silva Botelho, 20, Bairro Seminário, Ubá/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 02.270.109/0001-74, neste ato representado pelos Senhores **Ricardo Belo Couto e Cláudio Azevedo**, doravante denominado **Instituição de Ensino**, celebram o presente Convênio, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Federal nº 11.788/2008, da Lei Complementar Estadual nº 34/1994, da Resolução CNMP nº 42/2009 e da Resolução PGJ nº 48/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente convênio tem por objetivo formalizar as condições de concessão de estágio a 1 (um) estudante regularmente matriculados em ensino de graduação que receberá **100% de bolsa custeada pelo Centro Universitário Governador Ozanam Coelho - UNIFAGOC** ou a concessão 2 (dois) estagiários que receberão cada 50% de bolsa para estagiar junto à 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Visconde do Rio Branco.

CLÁUSULA SEGUNDA – São Obrigações Conjuntas dos Convenientes:

- 1) Elaborar e firmar Termo de Compromisso de Estágio, nos termos do parágrafo único do artigo 7º da Lei Federal nº 11.788/2008, obedecidas as cláusulas acordadas no presente convênio.
- 2) Elaborar o plano de atividades, como parte integrante do Termo de Compromisso de Estágio, sendo assinado pela **Instituição de Ensino**, pelo supervisor indicado pela **Procuradoria**, o orientador indicado pela instituição de ensino e o estagiário ou seu responsável legal, caso o mesmo seja menor de 18 anos.

CLÁUSULA TERCEIRA – São Obrigações da Procuradoria:

- 1) Realizar o processo seletivo dos candidatos ao estágio quando não for realizado pela instituição de ensino, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Visconde do Rio Branco, respeitadas as disposições legais e regulamentares vigentes;
- 2) Indicar Promotor de Justiça para supervisionar o estágio, a fim de assegurar que os estagiários obtenham seu aprendizado e de garantir o direcionamento das atividades;
- 3) Disponibilizar ao educando contemplado por este convênio, sistema que possibilitará a emissão da folha eletrônica de frequência de estágio, o qual este deverá encaminhar **Instituição de Ensino**, mensalmente.

- 4) Comunicar a **Instituição de Ensino** quaisquer alterações relevantes na relação de estágio, tais como horário, endereço, lotação e suspensão temporária de atendimento.
- 5) Prestar informações solicitadas pela **Instituição de Ensino**, sempre que necessário;
- 6) Conceder anualmente recesso de 30 dias aos estagiários, nos termos da Resolução PGJ nº 48/2021;
- 7) Encaminhar os relatórios semestrais de atividades de estágio para as instituições de ensino em que os estudantes estiverem matriculados;
- 8) Emitir certificado de conclusão do estágio ou certidão na qual deverá constar a especificação de sua natureza, a carga horária global.

CLÁUSULA QUARTA – São Obrigações da Instituição de Ensino:

- 1) Realizar o processo seletivo dos candidatos a estágio para preenchimento de vaga junto ao presente convênio, ressalvando quando este for feito pela 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Visconde do Rio Branco.
- 2) Promover o custeio da bolsa fixada em 100% para um estagiário ou de 50% para dois estagiários, nos termos estabelecidos no termo de compromisso de estágio, celebrado assinado entre a **Instituição de Ensino**, a **Procuradoria**, e o estagiário.
- 3) Contratar, em favor do **Estagiário**, seguro contra acidentes pessoais, nos termos da Lei Federal nº 11.788/2008.
- 4) Avaliar os resultados do presente Convênio e sugerir as alterações julgadas necessárias;
- 5) Conceder anualmente recesso remunerado de 30 (trinta) dias aos **Estagiários** nos termos do artigo 13 da Lei Federal nº 11.788/2008;
- 6) Divulgar a existência do presente Convênio.

CLÁUSULA QUINTA – Nos termos do disposto na Lei Federal nº 11.788/2008, o estágio não criará, para qualquer efeito, vínculo empregatício entre a **Procuradoria**, a **Instituição de Ensino** e o estagiário.

CLÁUSULA SEXTA – O estudante deverá exercer o estágio pelo tempo previsto em seu respectivo Termo de Compromisso, cuja duração não poderá exceder 2 (dois) anos.

§1º A duração do estágio de estudantes graduandos com deficiência poderá exceder 2 (dois) anos, estendendo-se até a data da colação de grau.

§2º Caso o estágio tenha duração superior a 1 (um) ano, fica assegurado ao estagiário período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias corridos, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

CLÁUSULA SÉTIMA – A jornada do estágio será de até 6 (seis) horas diárias, a ser cumprida na unidade administrativa indicada pela **Procuradoria**, de segunda a sexta-feira, em período compatível com o horário escolar, conforme previsto no Termo de Compromisso de Estágio.

CLÁUSULA OITAVA - Caberá a **Instituição de Ensino** o bolsa fixada em 100% para um estagiário ou de 50% para dois estagiários cuja fixação de porcentagem será registrada no Termo de Compromissos de Estágio.

CLÁUSULA NONA - Para a realização do estágio, caberá a **Instituição de Ensino** ônus e a responsabilidade de providenciar a contratação e manutenção de seguro de acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, de caráter obrigatório, em favor do **Estagiário**, devendo constar no Termo de Compromisso o número da Apólice de Seguro e a Razão Social da Seguradora.

CLÁUSULA DÉCIMA – O presente convênio tem vigência de 60 (sessenta) meses a partir da data da assinatura, podendo ser modificado por meio de termos aditivos e rescindido nos termos da cláusula décima primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O presente Convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante aviso por escrito, com antecedência mínima de 30 (tinta) dias, por qualquer uma das partes, por acordo entre elas, por inadimplência de alguma cláusula ou por superveniência de fatos ou motivos que o tornem material ou formalmente inviável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – As partes se obrigam a cumprir fielmente os termos do convênio ora firmado, ficando eleito o foro de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer dúvidas ou questões dele advindas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O presente Convênio será publicado pela Procuradoria no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, de acordo com a Lei Federal 8.666/1993.

Procuradoria:

Jarbas Soares Júnior
Procurador-Geral de Justiça

Instituição de Ensino:

Ricardo Belo Couto e Cláudio Azevedo
Administradores do Centro Universitário Governador Ozanam Coelho - UNIFAGOC

Testemunhas:

1) Anderson Melo de Souza

MAMP 429700 - 070.802.846-27

2) Sandro Luiz Venuto

MAMP 139400 - 453.166.356-04



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Belo Couto, Usuário Externo**, em 29/09/2023, às 16:05, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO AZEVEDO, Usuário Externo**, em 02/10/2023, às 11:37, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **JARBAS SOARES JUNIOR, PROCURADOR-GERAL DE JUSTICA**, em 03/10/2023, às 16:18, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON MELO DE SOUZA, COORDENADOR II**, em 03/10/2023, às 17:06, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **SANDRO LUIZ VENUTO, OFICIAL DO MINIST. PUBLICO - QP**, em 04/10/2023, às 07:23, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **6053778** e o código CRC **F98A9D26**.